

STJ00098396

ELISEU ANTÔNIO DA SILVA BELO

O ARTIGO 41 DA LEI MARIA DA
PENHA FRENTE AO PRINCÍPIO
DA PROPORCIONALIDADE

Goiânia-GO
2014



Verbo Jurídico
editora

STJ00098396

Catálogo na Fonte

B452a Belo, Eliseu Antônio da Silva
O Artigo 41 da lei Maria da Pena frente ao princípio
da proporcionalidade / Eliseu Antônio da Silva Belo. -
Goiana : Verbo Jurídico, 2014.
160 p. ; 21 cm.

ISBN: 978-85-7699-481-7

1. Lei Maria da Pena. 2. Direitos Humanos. 3. Violência
Doméstica. 4. Violência - Mulheres. 5. Mulheres - Direitos. I. Título.

CDD 342.1156

Bibliotecário Responsável
Ginamara de Oliveira Lima
CRB 10/1204

Editoração
Daniel Scheer
Projeto de Capa
Daniel Muto

1001748



Verbo Jurídico
editora

Porto Alegre, RS

Av. Ipiranga, 2899

Fone: (51) 3076-8686

São Paulo, SP

Av. Paulista, 1.159 - conj. 411

Fone: (11) 3266-2724

Curitiba, PR

Rua Cândido de Abreu, 526 - Sala 611 B

Fone: (41) 3023-3063

✉ verbojuridico@verbojuridico.com.br
www.verbojuridico.com.br

SUMÁRIO

1. Introdução	15
2. A posição do Supremo Tribunal Federal em relação ao art. 41 da Lei Maria da Penha.	19
3. Críticas gerais à declaração de constitucionalidade realizada pelo Supremo Tribunal Federal.....	23
3.1. Premissas básicas fundamentais	25
3.2. Breve exame do posicionamento do Supremo Tribunal Federal.....	28
4. Necessidade de aplicação do princípio da proporcionalidade	39
4.1. Conteúdo e alcance	41
4.2. Em relação à composição civil dos danos e à transação penal	57
4.3. Em relação à suspensão condicional do processo.....	80
4.4. Quanto à natureza da ação penal nos crimes de lesão corporal leve e culposa	105
5. Outros parâmetros para a reafirmação do princípio da proporcionalidade, no exame de constitucionalidade do art. 41 da Lei Maria da Penha	121
5.1. Considerações preliminares	123
5.2. Resultado da aplicação do parâmetro adicional de controle	126
5.3. Aplicação da técnica da ponderação	130
6. Conclusão	135
7. Referências bibliográficas	143
Anexo único.....	149